

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.467 - MG (2019/0303369-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JULIO CESAR FERNANDES FERREIRA MAXIMO
ADVOGADO : JULIO CESAR FERNANDES FERREIRA MAXIMO - MG131495
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TIAGO PROCOPIO DIAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de TIAGO PROCOPIO DIAS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.097172-1/000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado, juntamente com outro agente, pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal e no art. 244-B, §2º da Lei 8.069/1990 (homicídio qualificado e corrupção de menores qualificada). Ao receber a exordial acusatória em 27/5/2019, o Juízo de primeiro grau acatou o pedido ministerial e decretou a prisão preventiva dos acusados (fls. 34/37).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES - NEGATIVA DE AUTORIA - MATÉRIA DE MÉRITO - VIA IMPRÓPRIA - PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS CAPAZES DE JUSTIFICAR A CUSTÓDIA CAUTELAR - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - IMPOSSIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - NÃO VIOLAÇÃO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. Em sede de Habeas Corpus não é possível a análise da conduta delituosa atribuída ao paciente. Isso porque se trata de matéria de mérito, demandando análise detida, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o paciente preso. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, devem ser as prisões preventivas mantidas, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas

Superior Tribunal de Justiça

cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. A presença de condições subjetivas favoráveis ao paciente não obsta a segregação cautelar quando presentes os fundamentos para justificar sua manutenção. Precedentes do STF e STJ. Considerando que a prisão preventiva não se ancora em certeza de culpa, mas sim em indícios, não se verifica a violação ao princípio da presunção de inocência (fls. 38).

No presente writ o impetrante sustenta não terem sido demonstrados indícios de autoria, salientando que nenhuma das testemunhas ouvidas afirmou ter visto o paciente na cena do crime.

Pondera, ainda, que o paciente não integra organização criminosa e não responde pela prática de outros delitos, ressaltando equívoco na leitura de sua FAC.

Destaca que o paciente conta com condições pessoais favoráveis e é genitor de uma criança de 8 meses.

Afirma não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 e 313, ambos do CPP, e assinala a desnecessidade da prisão preventiva.

Assegura a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Superior Tribunal de Justiça

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

